

AVÁ-CANOEIRO: NO CONTEXTO DO CERRADO DO NORTE GOIANO

Lorraine Gomes da Silva¹
lorrannegomes@gmail.com
Eguimar Felício Chaveiro²
eguimar@hotmail.com

Resumo

A sociedade brasileira é composta por diferentes matrizes étnicas entre elas o índio. Porém a miscigenação do povo brasileiro não é composta por todos os povos indígenas existentes hoje. Dentre as três etnias indígenas que vivem em território goiano: Avá-Canoeiro, Tapuio e Karajá, o presente artigo tem como foco o grupo dos Avá-Canoeiro da bacia do Rio Tocantins localizada nos Municípios de Minaçú e Colinas do Sul no Estado de Goiás. A preocupação com essa temática afirma a necessidade de conhecer um pouco mais o território indígena dos Avá-Canoeiro a fim de entender, a partir dos conflitos suas trajetórias socioespaciais (os diversos caminhos percorridos em defesa de sua terra, de seu povo e de sua cultura) e suas territorialidades (sentimentos de pertencimentos aos lugares vividos). As questões propostas são marcadas por uma interdisciplinaridade com diálogo entre a Geografia e outras ciências sociais, como a sociologia, antropologia, filosofia, etc.

Abstract

The Brazilian society is composed for different ethnic matrices between them the indian. However the miscegenation of the Brazilian people is not composed for all the existing aboriginal peoples today. Amongst the three aboriginal etnias that live in goiano territory: Avá-Canoeiro, Tapuio and Karajá, the present article has as focus the group of the Avá-Canoeiro of the basin of the River Tocantins located in the Cities of Minaçú and Colinas of the South in the State of Goiás. The concern with this thematic one affirms the necessity to know a little more the aboriginal territory of the Avá-Canoeiro in order to understand, from the conflicts its socioespaciais trajectories (the diverse ways covered in defense of its land, its people and its culture) and its territorialities (feelings of belongings to the lived places). The questions proposals are marked by an interdisciplinaridade with dialogue between Geography and other social sciences, as sociology, anthropology, philosophy, etc.

¹ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG).
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais IESA/

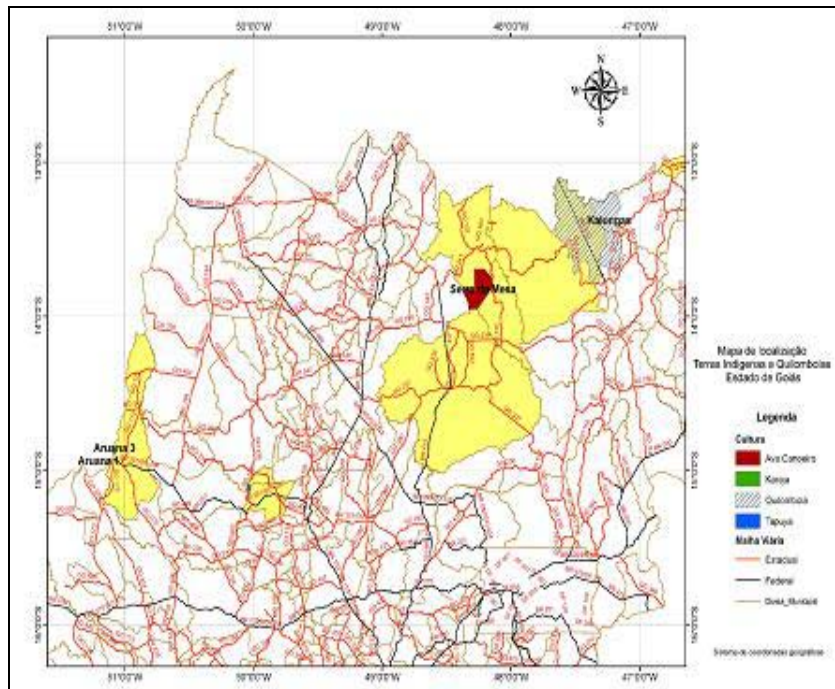
² Professor doutor e coordenador da pós-graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG), Instituto de Estudos Sócio-Ambientais IESA.

Introdução

Os Avá-Canoeiro estão divididos em duas famílias, uma habitando a bacia do Rio Araguaia, no Estado de Tocantins, e outra habitando a bacia do Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A família do Araguaia encontra-se dispersa em duas aldeias na Ilha do Bananal: aldeia Canuanã, próxima ao município de Formoso do Araguaia e aldeia Boto Velho, a 60 km da Lagoa da Confusão. Essa família não possui terra própria, vive em aldeias dos índios Javaé.

A família do Tocantins em Goiás foi contactada em 1983, um ano após o início da construção da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, vive em Terra indígena³, numa área de 38 mil hectares ainda em processo de homologação, na margem esquerda do rio Tocantins, há 14 km da jusante da Usina de Serra da Mesa que ocupou três mil hectares de suas terras lhes pagando royalties⁴ por isso, o que evidencia uma das várias figuras econômicas do capitalismo na região.

MAPA DOS POVOS INDÍGENAS NO ESTADO DE GOIÁS



Fonte: [HTTP:// www3.agenciaambiental.go.gov.br](http://www3.agenciaambiental.go.gov.br) (Acessado dia 09/01/2009)

³ De acordo com a constituição brasileira estas terras são da União e de posse permanente e inalienável dos povos indígenas, mas que perante o Estado eles têm a posse permanente, mas não são oficialmente donos da terra.

⁴ Importância cobrada pelo proprietário de uma patente de produto, processo de produção, marca etc., ou pelo autor de uma obra, para permitir seu uso ou comercialização.

A etnia Avá-Canoeiro constitui um povo indígena que fala uma língua própria, pertencente à família Tupi-Guarani, do tronco lingüístico Tupi. Em relação aos povos Tupi-guarani, os Avá-Canoeiro são mais próximos linguisticamente dos Tupis originários do baixo Tocantins-Araguaia, como os Suruí, Parakanã, Assurini, Amanayé, Guajajara e, especialmente os Tapirapé. Seu cognome *canoeiro* lhes foi dado desde o século XVIII e se deve à sua conhecida habilidade para navegar canoas e ubás⁵ nas correntezas do rio. O nome Avá vem de awa, termo próprio de sua língua para se autodesignar e significa “homem”, “humanidade” ou “povo”. Eles já foram os dominadores do rio Tocantins e todo o seu vale, mas atacados e perseguidos ao longo dos séculos, encontraram-se sob a ameaça de extinção, marcando em seus territórios diversos conflitos, lutas pela sobrevivência.

A história dos Avá-Canoeiro perpassa por diferentes momentos, desde o primeiro e grande conflito conhecido como frentes colonizadoras agropastoris e a navegação pelo rio Tocantins que aceleraram o contato com esses índios em meados do século XVIII, onde fazendas de gado e de lavoura instalaram-se em seus territórios, mesmo reagindo muitos grupos morreram, até os dias atuais com a subdivisão de parte de suas terras para a Usina Serra da Mesa. Os conflitos com os colonizadores trouxeram como conseqüências, além da redução da população indígena, a dispersão num território vasto e a fragmentação em pequenos grupos.

Considerando que o espaço de que dispõe os Avá-Canoeiro contextualiza sua luta. Esse texto atenta-se para alguns aspectos gerais sobre essa etnia no contexto do Cerrado do Norte.

Avá-canoeiro e as disputas territoriais: Cerrado do Norte Goiano

O Brasil é formado por uma complexa miscigenação, desde sua “descoberta” já era um lugar habitado por inúmeros grupos indígenas nos quais grande parte foram exterminados, outros passaram por novas reorganizações de sobrevivência depois da colonização e da valorização da cultura euro-americana. Para Ladouceur:

O Brasil conta com numerosas “nações minoritárias”. É um espaço caracterizado por diversas identidades culturais, onde as bases históricas se assentam sobre um povoamento do território pelas primeiras nações – a

⁵ Tipo de canoa, usada entre povos indígenas brasileiros, talhada em casca de árvore ou escavada a fogo.

colonização portuguesa e a escravidão de uma força de trabalho negra. Além disso, esse Estado moderno (do Terceiro Mundo) construiu sua geografia e sua identidade nacionais apoiando-se no mundo da maior “democracia racial” do mundo e valorizando inteiramente a predominância da cultura branca euro-americana que tinha como papel a valorização econômica do território (2003, p.11).

A cultura é a grande base para discussão dessa temática. A extensão e abrangência da ciência geográfica é causa e efeito de inúmeras discussões dentro dos meios acadêmicos, sendo os pontos de vistas os mais variados. Além de sua pluralidade de abordagens existe ainda uma pluralidade de especificidades. A Geografia Cultural é exemplo disso, ela estuda a cultura sobre diferentes aspectos étnicos, sociais, econômicos, políticos, etc, refletindo sobre o papel que o meio e o espaço têm na vida dos homens, sobre o sentido que eles lhe dão e sobre a maneira pela qual eles os utilizam para melhor se compreenderem e construírem seu ser. Sendo que a maneira pelas quais diversos grupos vão responder vivenciando a mesma situação vai depender de como são os traços enraizados em sua cultura já que cada sociedade se organiza de forma diferente.

O Estado de Goiás, assim como as demais regiões brasileiras, foi constituído sobre territórios dos povos indígenas que aqui habitavam antes da chegada dos colonizadores. Esses povos que viviam e costumavam deslocar-se dentro de um espaço cujo povoamento regular era feito por grupos ou tribos aparentados. Tinham grupos que possuíam grande mobilidade no território como os Xavantes e os Avá-Canoeiro. Teixeira Neto compreende que:

O espaço inicial, ocupado por tribos indígenas, foi apenas o esboço que serviu de base para, mais tarde, se institucionalizar o território da Capitania, depois Província e Estado de Goiás. Por si só já dividido, segundo a distribuição geográfica daquelas tribos, esse espaço, agora institucionalizado, perdeu a solidariedade de que necessitava para manter-se coeso (2002, p.38).

Existiam 21 grupos indígenas no início da formação do antigo território da Capitania de Goiás que viviam nesta região, esses grupos espalhavam-se desde o sul da capitania no Rio Paraná, hoje Mato grosso do Sul, até no extremo norte da capitania, atual Microrregião do Bico do Papagaio.

Para grande parte das sociedades indígenas o território possui conotação como de sentimento abstrato de posse, onde as suas terras são sagradas. Seus costumes, suas crenças, suas relações com o sobrenatural apenas são visíveis e concretos pela presença da comunidade naquele lugar. Sobre o assunto, Ramos (1986, p. 13), diz que:

Para os povos indígenas, a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural-é tão importante quanto este-é um recurso sócio-cultural.

Diferente das concepções indígenas, a terra no contexto do capital, tem sentido voltado ao lucro. Partindo dessa idéia, fica mais fácil pensar hoje o contexto do Cerrado goiano frente ao novo olhar economicista que vem estabelecendo-se fortemente em muitas regiões, reconfigurando assim, as mudanças recentes ocorridas, onde o surto de desenvolvimento e ampliação da fronteira agrícola tem acelerado nos últimos anos. Sobre o assunto, Chaveiro (2008, p.76), afirma que:

Pode se dizer que a disputa cultural, econômica e simbólica pelo cerrado é correlata ao modo, por exemplo, que o território goiano se insere no atual mundo. Essa inserção, veloz, diretiva e economicista, acende a vitalidade de outro nível de consciência que se vê desenraizada, vilipendiada, explorada, fragmentada, usada. Por isso, é que há, no campo da cultura – e de suas manifestações – uma rica hibridagem, convergência, ações de conflitos que apresentam respostas ao modo como as diferentes instituições, sujeitos e classes se colocam nesse pleito de mutações.

Como o uso e ocupação do Cerrado do Sul e Norte goiano acontecem em tempos e espaços distintos, no Cerrado do Sul pode-se observar que está havendo uma apropriação com elementos da Ciência, da Técnica, da Informação e da reprodução ampliada do capital, como o agronegócio que cresce aceleradamente em vários lugares, limitando as paisagens em plantações de cana-de-açúcar, soja, milho, algodão, sorgo, entre outras, afetando sensivelmente o ecossistema e as populações locais que reorganizam em nome do capital. Enquanto no Norte de Goiás, o agronegócio ainda não “invadiu”, por vários motivos de inviabilidade, entre eles o relevo que é muito acidentado. Mas, existem muitos lugares no norte goiano, onde moradores “tradicionalistas”, em sua maioria, confrontam com os “modernizadores” por terem interesses distintos, de um lado pessoas que buscam conservar seus territórios identitários, por outro, pessoas que buscam investir no turismo da região em busca de capital (desenvolvimento) aproveitando dos lugares que ainda mantêm mesmo que fragmentada suas fitofissionomias.

Diante desses dois olhares de se pensar a ocupação e apropriação do Cerrado goiano, refletir sobre as questões indígenas é entender as particularidades de cada região, como elas são vistas pelo capital, diante de formas, interesses e disponibilidades de vantagens que os investidores procuram nelas.

Se o agronegócio, por exemplo, tivesse se consolidado na região norte de Goiás, será que os Avá-canoeiro teriam resistido?

Na sociedade contemporânea, as transformações no mundo do trabalho, o avanço tecnológico configurando a sociedade virtual e os meios de informação e comunicação exercem grande força nas relações sociais e em todas as instituições da sociedade, exigindo delas um reposicionamento e busca de um novo perfil frente aos desafios do século XXI.

A disputa pelo território está cada vez mais intensa, os atores hegemônicos utilizam da aceleração do tempo para apropriar do território e colocar a tona atores de diversas escalas desde locais a internacionais. Considerando que diferentes momentos históricos marcam e impõem mudanças significativas em cada sociedade. Disse Santos (1991, p. 75):

Seja qual for o país e o estágio do seu desenvolvimento, há sempre nele uma configuração territorial formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país.

Mais do que falar da problemática e desafios que o mundo contemporâneo exige é preciso compreender as relações de poder, a política, os acordos, os interesses em seus diversos sentidos, a Geografia, é grande contribuinte para entender esses diferentes contextos já que têm como foco as categorias geográficas que abordam estudos sobre: o espaço, o território, as regiões, os lugares, e as paisagens.

A discussão inicial para se pensar na situação atual do Grupo indígena dos Avá-Canoeiro, parte do sentido de “fotografar” o Cerrado goiano como palco de diferentes disputas. Nesse contexto, as escalas são referências para entender as relações no território permitindo uma maior visibilidade sobre a problematização de muitos fenômenos ocorridos na região. Castro (2005, p.14), afirma que:

A dimensão da escala dos fenômenos está incorporada como referência e diferenciação necessárias para a ação dos atores políticos e para a construção dos espaços políticos, aqueles do conflito e do confronto inerentes à convivência dos diferentes, mas também da negociação, da cooperação e dos acordos.

O Cerrado, segundo maior bioma do Brasil, abriga grande parte da população brasileira, agregando uma pluralidade de costumes, valores e crenças.

Sabe-se que diante da dinâmica do território nacional, vem acontecendo uma vasta ocupação e apropriação desse bioma, fortemente marcada a partir da década de 1970. Grandes modificações que ocorreram e ocorrem no Cerrado principalmente pela via capitalista e todos os tipos de invasões culturais, econômicas e principalmente ambientais, fazem com que eles se esvaíam com a transformação do ambiente modificado para receber os novos modos de produção. Assim, grande parte do Cerrado (biodiversidade e cultura) foram hegemonizados pela reprodução ampliada do capital moderno. Ou seja, conforme Mendonça (2004), a partir desse momento pode-se dizer que a matriz espacial de Goiás é a modernização.

Extensas áreas da porção Sul do território Goiano foram inseridas nessas modernas formas de produção. Naquele momento as elites nacionais, pela via do Estado, tiveram uma política voltada para a expansão da economia pelo país. Portanto, pelo contexto, não havia uma “preocupação ambiental”. Houve impactos de ordem ambiental e cultural. Sobretudo, dados apontam que 80% do Cerrado já foram extintos. Dos 20% que restam, grandes partes estão em formas de fragmentos. Diferente da década de 1970, hoje, os discursos mostram uma “preocupação ambiental”. Está na moda “defender os ambientes naturais”. Como vemos propostas de desenvolvimento sustentável, de (re) valorização dos ambientes naturais assim como das culturas em geral.

Diferente do Sul a apropriação do Cerrado do Norte goiano, ocorre num período e contextos diferentes. No Norte Goiano, por exemplo, em partes do Tocantins, Maranhão, etc, ainda existem áreas com vegetações típicas (fitofisionomias) do Cerrado, como também comunidades que mantêm um forte vínculo com este bioma desenhando um tipo de cultura e/ou modo de vida específico, como o grupo indígena dos Avá-canoeiros em Minaçú.

Repensar a valorização dos processos sociais-históricos, produto e produtor das realidades geográficas, significa entender as comunidades que construíram e constroem suas territorialidades, seja ela de qualquer região considerando a diversidade cultural, suas percepções, práticas socioculturais, sua resistência pela memória da culinária, linguagens, símbolos, festas, etc.

Entender as trajetórias socioespaciais dos Avá-canoeiro nesse contexto é pedir permissão para adentrar nas particularidades de um grupo que reflete parte de uma dessas histórias que compõe o Cerrado do Norte goiano, onde o circuito superior da economia implantada impôs novas regras, como a do hidronegócio.

Em 1978 com a construção da Usina Hidrelétrica -UHE - da Serra da Mesa, três mil hectares das terras dos Avá-canoeiro foram ocupados por ela. Em troca Furnas Centrais Elétricas estabeleceu uma forma de compensação à comunidade Avá-Canoeiro, pagamentos em royalties pela área inundada.

Moura (2006, p.122), afirma que: “Antes da colonização do Brasil Central, os Avá deveriam ter aldeias com população não muito grande, possivelmente de 250 a 300 habitantes”. A redução da população indígena provocou certamente modificações profundas na comunidade dos Avá-Canoeiros, como por exemplo, à organização do trabalho, às regras de matrimônio e parentesco, as lideranças, etc.

Considerando que é no interior de cada sociedade que os grupos sociais constroem e organizam seu território, a construção da Usina Serra da Mesa, sem dúvidas provocou novamente uma outra forma de reorganização do grupo dos Avá, que atualmente conta com seis pessoas. Apesar de em 1985, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) interditar uma área para fins de estudos e identificação da Terra Indígena Avá-Canoeiro e isso favorecer a recuperação demográfica desse grupo indígena, como o reconhecimento do seu território e do direito da posse às suas terras e usufruto de suas riquezas, esse grupo sofreu drásticas consequências encadeadas pela disputa de seu território que antecede a conquista por seus “direitos”.

Nesse contexto, nota-se que atores de diferentes ordens atuou e atua sobre o grupo indígena dos Avá-canoeiro, compondo sua história com conflitos que fizeram cada período marcar a luta pela sobrevivência da etnia. Como as transformações não acontecem de forma homogênea e que os tempos espaciais são diferentes entre o Cerrado do Norte e o Sul goiano, são justamente esses tempos diferentes que vão definir os contextos como, por exemplo, as trajetórias sócioespaciais vividas pelos Avá-canoeiro.

O lago azul: Usina da Serra da Mesa

A Terra indígena dos Avá-canoeiro ocupa grande parte do município de Minaçu. A história desse município até meados da década de 1950 giravam em torno da mineração com sua decadência a atividade rural foi ganhando expressão. Na década de 1980, começaram os estudos sobre o potencial hidrológico da região, que visava à implantação da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa.

A Usina Hidrelétrica -UHE - da Serra da Mesa começou ser construída em 1978, mas, teve outorga somente em 1981, ano em que Furnas Centrais Elétricas S.A recebeu a concessão para o desenvolvimento progressivo do potencial hidrelétrico existente no trecho do rio Tocantins e seu afluentes espalhados no Norte Goiano. Em 1986 foi iniciada sua construção e sua conclusão, em 1996 somente foi possível com o aporte de capital público e do capital privado fornecido pelo Consórcio Serra da Mesa Energia S.A. De acordo com Andrade:

A barragem da UHE está situada no curso principal do Rio Tocantins, no estado de Goiás; nos municípios de Minaçú (margem esquerda) e Colinas do Sul (margem direita), a 1790 Km de sua foz. Seu reservatório é o maior do Brasil, ocupando uma área de 1.784 Km² (na cota máxima de 460 m) e 5,4 bilhões de m³, atingindo partes dos municípios de Niquelândia, Uruaçu, Campinorte, Colinas do Sul, Barro Alto e São Luiz do Norte, em Goiás (2002. p.27).

A construção da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa implicou uma mudança drástica na paisagem local. A Hidrelétrica na concepção de seus idealizadores tornou-se o sujeito daquele ambiente, isto é do sistema elétrico, bem entendido. Ao contrário de interferir no meio daquelas populações que ali se encontravam, a obra foi pelos idealizadores considerada como sendo afetada por ambiente que incluía estas populações. A criação do lago inundou grande parte das terras férteis da região, muitas famílias foram deslocadas para outras áreas, muitos laços culturais, sociais e até materiais ficarão para sempre embaixo da água.

A represa e a Usina Hidrelétrica, cuja construção levou aproximadamente 15 anos, gradualmente elaboraram outra paisagem. A represa feita, as águas submergiram as várzeas aluvionais tidas como as melhores terras para agricultura, inundaram as tradicionais áreas de garimpo, os vales, áreas anteriormente ocupadas por cerrado, cavernas, estradas, pontes, roçados, fazendas, engenhos, currais, cemitérios, substituindo-os por um imenso espelho d'água. Segundo Andrade:

De qualquer forma, o território goiano foi sendo modelado ao longo dos anos que seguiram sua ocupação num processo lento de construção da paisagem e da cultura, ambos se dando ao mesmo tempo. O espaço vai sendo remodelado na medida que uma nova ordem social vai lentamente sobrepujando a anterior, expressa através de um reordenamento econômico. Este o processo identificado para a área da UHE de Serra da Mesa. (2002.p145)

Cabe lembrar que a UHE Serra da Mesa encontra-se em uma região de grandes extensões de Cerrado conservado, com centros urbanos dispersos e de pequeno porte, com o aproveitamento do solo basicamente voltado para pastagens e em menor escala a

agricultura e extração de minérios. Estes elementos aliados à localização da barragem contribuíram para o aporte de sedimentos e de nutrientes ao reservatório, principalmente através dos rios Maranhão, das Almas e Bagagem, provocando problemas ambientais adversos.

A globalização é bastante complexa e permite fluxos de expansão e retrações culturais dependendo do contexto e do momento, na medida em que elementos culturais adentram cada vez mais em sociedades distintas. Deve-se considerar que a usina de Serra da Mesa dinamizou mesmo que temporariamente a economia regional, gerando grande número de empregos, fortalecendo o comércio, porém a grande reflexão é conciliar o crescimento econômico e a qualidade de vida, sem agredir o meio ambiente, sem destruir manifestações culturais, sem desprezar a cultura local.

Do ponto de vista geográfico, deve-se observar que os elementos que modelam as paisagens na região são expressos por técnicas, espaços e tempos diferentes. Para Santos (1999, p.38), “sem dúvida, a técnica é um elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas, sozinha, a técnica não explica nada”. Se no início da ocupação da região de Minaçú, as atividades giravam em torno da mineração com sua decadência a atividade rural foi ganhando expressão, apresentando-se como uma forma de ocupação do espaço completamente diferente, com a construção da Usina de Serra da Mesa o hidronegócio vem atuando com muita força na região remodelando de outra forma a paisagem que ainda tem como destaque a reserva indígena dos Avá-canoeiro, que tem sua história escrita assim: o índio não teve como impedir, por conta de uma desigualdade de forças que sobre o seu território, se instalasse outro – o território institucional da capitania de Goiás.

Por volta de 1860 os Avá não podiam mais lutar, uma vez que sua população estava reduzida, devido aos conflitos e perseguições sofridas. A colonização em Goiás já se havia consolidado e estes índios, então, passaram a fugir dos brancos, evitando o contato. Eles migraram para outras áreas transformando seu modo de vida, para poderem sobreviver enquanto sociedade autônoma. Como afirma Pedroso:

No final do século XIX, os Avá-Canoeiro se encontravam dispersos em grupos menores nos territórios imemoriais e, também, em outras áreas de movimentação de outros povos indígenas já exterminados ou aldeados. Em fuga constante os Avá-Canoeiro seguiam os curso d'água atingindo suas cabeceiras e assim tinham acesso a regiões antes desconhecidas. Os índios buscavam áreas em que, efetivamente, não haviam o colonizador (2006, p.105).

Na década de 1930, a presença dos Avá-Canoeiro é registrada em vários locais do município de Amaro Leite numa grande extensão, concentrando-se principalmente em áreas mais próximas ao Rio Maranhão e a oeste, em locais serranos, há informes sobre a movimentação dos índios também em Cavalcanti.

Na década de 1940, na região do Rio Tocantins, os índios Avá-Canoeiro movimentavam-se em ambas as margens e no município de Paraná. No final da década de 1940 e início de 1950, tem-se notícia dos Avá-Canoeiro na região do Rio Formoso. Na década de 1960, quando os últimos recantos de Goiás foram ocupados. Todavia, ainda possuía terras conhecidas como devolutas, com terrenos não explorados pelo colonizador no médio norte, onde os índios encontravam algumas caças silvestres na região do Rio Tocantins. Grupos familiares de Avá-Canoeiro continuavam movimentando-se naquelas mesmas regiões e no município de Paraná, nas proximidades do Rio Tocantins.

Nos anos setenta, tem-se maior número de informação sobre os índios na margem direita do Rio Maranhão. Os fazendeiros reclamaram a FUNAI sobre o abate de gado feito pelos índios, a FUNAI atuou na região, em virtude dos massacres ocorridos na década anterior. O contato com os índios da região da bacia do Araguaia ocorreu no final de 1973. Esse contato ofuscou a frente de atração estabelecida no Rio Tocantins. Nos anos oitenta, de acordo com a (Funai - Memo/379/AESP) apud Pedroso:

Os Avá-Canoeiros ainda encontravam-se na margem direita do Rio Maranhão, na região de Colinas, Vila Borba, rios Preto e São Bento, serras de Calçadinha e Ticunzal, Rio Tocantinzinho e Córrego dos Macacos. Um pouco mais ao norte desta região eles aparecem no Rio São Felix e na Serra Branca (município de Minaçú). Os índios movimentavam-se ainda na margem direita do Rio Preto (divisa dos municípios Cavalcante e Paraná), no Rio Paraná, nas serras do Mendes e da Contenda, no Rio Bezerra e dirigiam-se à Taguatinga e às proximidades dos limites do Estado do Tocantins com a Bahia (2006, p. 116).

Diante desse mundo globalizado como vivem os Avá-canoeiro?

Atualmente, restaram seis índios Avá-canoeiro na região de Minaçú e Colinas do Sul, dois deles nascidos após o contato de 1983, eles vivem numa área de 38 mil hectares de terra no alto curso do rio Tocantins, porém, constata-se que essa Terra indígena não serve para o capital, pois no solo existe afloramento de rocha, é uma região que não é propícia para a agricultura mecanizada, é um lugar de difícil acesso, mas o local em que o índio faz uso da terra esta preservado. Sobre a posição dos Avá-Canoeiros com a construção da Usina, Almeida afirma que:

Além das características geológicas, geomorfológicas e do potencial hidrelétrico, outros fatores históricos e socioeconômicos favoreceram a localização do empreendimento de tal forma que o processo, as desapropriações e os impactos ambientais, políticos e econômicos decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica enfrentaram poucos conflitos *in situ*. Como exemplo citamos o caso dos Avá-Canoeiro, último grupo indígena ocupando aquelas terras. Após a construção do Lago da UHE da Serra da Mesa, os seis indivíduos sobreviventes deste grupo foram confinados em uma reserva indígena entre os municípios de Minaçu e Colinas do Sul. (2007)

Nota-se que desde o primeiro contato os Avá-canoeiro travou uma constante luta pela sobrevivência. Diante dos conflitos com os colonizadores pelas fugas registra-se percas populacionais e territoriais, sentidas até hoje. Com a construção da Usina de Serra da Mesa, esses índios tiveram uma nova reorganização territorial e espacial, não se sabe até que ponto a usina interferiu ou interfere no modo de vida desse grupo, como é sua relação diante uma apropriação de uma área que inundada enterrou muitas culturas e sentimentos. Muitas incógnitas existem nesse contexto.

Considerações finais

Os povos indígenas do Cerrado sempre enfrentaram e enfrentam uma severa disputa por esse território confrontando com as diversas visões economicistas atuantes nele, a luta pela sobrevivência física e cultural é evidente, criando formas alternativas de convivência, resistindo ou confrontando com atores hegemônicos que transformam esse território no quarto cinturão produtivo do país.

Assim, pensar como a sociedade global incide nas diversas regiões do Cerrado goiano pelas diversas vias do agronegócio, do hidronegócio e tantos outros investimentos do capital, perceber as diferenças espaciais dessas disputas, entender como determinadas regiões, lugares servem aos atores da economia global e como estas resistem, adaptam, subordinam, convergem, detectar os atores hegemônicos e suas estratégias e tantas outras reflexões tem sido cruciais para entender a apropriação dos lugares pela via do capital no Cerrado.

Inúmeros questionamentos podem ser feitos diante o discutido entre eles: de que maneira as novas lógicas territoriais entram no Cerrado do Norte Goiano. E ainda, de que maneira elas confrontam com os elementos tradicionais – ditos locais? Como os agentes sociais e econômicos promovem a disputa do território indígena no contexto da globalização que considera a valorização dos aspectos étnicos, porém transformando-os

em produtos exóticos, vendáveis e rentáveis? Como os Avá-Canoeiros sobreviveram diante tantos conflitos territoriais, fugas e extermínios? Será que a questão territorial o reconhecimento do seu território o direito da posse da terra não contribuiu para o processo de extinção dos Avá-Canoeiro? Atualmente, como vivem e organizam-se os Avá-Canoeiros diante da refuncionalização dos espaços e a construção de novos territórios e territorialidades?

Referências

ANDRADE, Soraia M. **O Patrimônio Histórico Arqueológico de Serra da Mesa. A construção de uma nova paisagem.** Tese de Doutorado de Geografia. USP, 2002.

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. Goiás: novas regiões, ou novas formas de olhar velhas regiões. **In: Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade.** ALMEIDA, Maria Geralda (org). Goiânia: IESA, 2002.

CASTRO, Iná Elias de: **Geografia Política: Território, escalas de ação e Instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. O CERRADO EM DISPUTA: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. **In: Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares.** ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (orgs). Gráfica e Editora Vieira. Goiânia, 2008. pp. 75-97.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Índios do Brasil. As Terras Indígenas. Mapa de etnias.** Brasília: FUNAI, 2006.

Disponível em: <http://www.funai.gov.br/indios/terras/conteúdo.htm#>. Acessado em: 01/10/2008.

LADOUCEUR, Micheline. As empresas Petroleiras e o assalto às terras indígenas na América Latina: os megaprojetos de gasoduto no Brasil e na Bolívia. **In: Geografia Leituras Culturais.** ALMEIDA, Maria Geralda de (org); RATTTS, Alecsandro JP (org). Editora alternativa. Goiânia, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRADE, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** Dissertação (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Presidente Prudente, 2004.

MOURA, Marlene Castro Ossami de. (coord). **Índios de Goiás: uma perspectiva Histórico-Cultural.** Goiânia: Ed. da UCG/Ed.Vieira/Ed Kelps, 2006.

NETO, Antônio Teixeira. O Território Goiano: Formação e Processo de povoamento e urbanização. **In: Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade.** ALMEIDA, Maria Geralda. Goiânia: IESA, 2002.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. **O povo invisível: a história dos Avá-Canoeiros nos séculos XVIII e XIX.** Goiânia: UCG, 1994. pp.1-127.

RAMOS, Alcita Rita. **Sociedades Indígenas.** São Paulo: Editora Ática S.A 1986.pp.13-23.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** Série temas. Volume 29-Geografia e política. São Paulo: Editora Ática S.A.1993.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: FERREIRA, Antônio Mario (org). **Espaço e Sociedade:** Ensaio. Petrópolis:Vozes,1982, pp.9-22.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** 2ed. São Paulo: Hucitec,1991.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção.** 1999, p.38.

SOUZA, Vanilton Camilo de. **A Construção do saber docente pelo professor leigo de Geografia.** 1999. 164 fs. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da UFNG, Belo Horizonte, 1999.

[HTTP:// www3.agenciaambiental.go.gov.br](http://www3.agenciaambiental.go.gov.br) (Acessado dia 09/01/2009)